

DA MODERNIDADE À DECOLONIALIDADE: UM OUTRO OLHAR PARA O URBANISMO

FROM MODERNITY TO DECOLONIALITY: ANOTHER VIEW TO URBANISM

NUNES, GUSTAVO DE OLIVEIRA¹; ROSA, FLÁVIA SUTELO DA²; HILLEBRAND, MATEUS HENRIQUE³; LERSCH, INÊS MARTINA⁴.

¹Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, gustavohnunes@msn.com;

²Mestranda em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, flaviasutelo@terra.com.br;

³Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mateushillebrand@outlook.com;

⁴Doutora em Planejamento Urbano e Regional, Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, martina.lersch@ufrgs.br.

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo discutir epistemologicamente a ideia de Modernidade e os seus reflexos na teoria e história da cidade, do Urbanismo e Planejamento Urbano. Para atingi-lo, partimos de uma revisão bibliográfica, inicialmente buscando identificar a concepção de Modernidade nas obras dos autores Marshall Berman e David Harvey, bem como apontamos os efeitos desta no processo de instituição do Urbanismo na Europa, a partir da leitura das autoras Donatella Calabi e Françoise Choay. A partir disso, verificamos a instauração do Urbanismo enquanto disciplina e da ideia de Modernidade, compreendida pelos autores citados, bem como sua crise no período conhecido como Pós-modernidade. Em seguida, procuramos nos aproximar do contexto da América Latina, a partir de Aníbal Quijano, que funda um olhar decolonial acerca da mesma Modernidade. Dessa forma, demonstramos que a condição que possibilitou a Modernidade europeia, enquanto um regime racional, sensível e uma realidade que se propõe universal, foi justamente a invenção da América, a exploração do seu território, a dizimação e apagamento dos saberes de seus povos originários. Essa outra perspectiva, desde o Sul Global, possibilita que a teoria e história da cidade, do Urbanismo e do Planejamento Urbano sejam pensados por meio de outras bases epistêmicas, abrindo as disciplinas para o novo.

Palavras-chave: modernidade; urbanismo; decolonialidade.

ABSTRACT

The present essay aims to discuss, from an epistemological perspective, the idea of Modernity and its reflections on the theory and history of the city, Urbanism, and Urban Planning. In order to accomplish this objective, we conducted a literature review, starting by identifying the concept of Modernity in the works of authors Marshall Berman and David Harvey. Additionally, we explored its effects on the establishment of Urbanism in Europe, drawing from the insights of authors Donatella Calabi and Françoise Choay. Subsequently, we examined the establishment of Urbanism as a discipline and the concept of Modernity as understood by the aforementioned authors, including its crisis during the period known as Postmodernity. Next, we approached the context of Latin America through the perspective of Aníbal Quijano, who provides a decolonial outlook on Modernity. With Quijano, we demonstrated that the condition that enabled European Modernity, as a rational and sensible regime and a certain universal reality, was precisely the invention of America, the exploration of its territory, and the decimation and erasure of the knowledge of its indigenous peoples. This alternative viewpoint from the Global South allows for the theory and history of the city, Urbanism, and Urban Planning to be conceptualized through different epistemic foundations, paving the way for new perspectives in these disciplines.

Key-words: modernity; urbanism; decoloniality.

INTRODUÇÃO: MODERNIDADE. MODERNIDADE(S)?

Modernidade? Há várias. O termo carrega em si diferentes significados, podendo se referir a um período histórico e social, a uma época, a um movimento filosófico e artístico e a um determinado processo de subjetivação que tem produzido um certo tipo de racionalidade. Este modo de pensar e olhar para a história oficial produz, nas mais variadas disciplinas, enunciados próprios de um ponto de vista. Por isso, o presente texto tem como objetivo discutir epistemologicamente a ideia de Modernidade e os seus reflexos na teoria e história do urbanismo e planejamento urbano. Assim, buscamos apresentar, a partir de uma revisão bibliográfica, uma reflexão sobre a Modernidade enquanto contexto, que se acelera com as transformações e impactos sobre as cidades nos séculos XIX e XX.

Nesse período, destaca-se o surgimento do urbanismo, enquanto disciplina, na Europa, cujo modelo foi amplamente disseminado, cujas ressonâncias impactaram a construção e a expansão de cidades, deixando marcas no mundo todo, em particular, na América Latina. Assim, na primeira seção deste ensaio, buscamos identificar a ideia de Modernidade na obra de Marshall Berman (2007) e David Harvey (2008; 2015). Posteriormente, na seguinte seção, apontamos os efeitos da Modernidade no processo de instituição do urbanismo na Europa, a partir da leitura de Donatella Calabi (2012) e Françoise Choay (2018), onde proliferam conceitos como higienização, circulação e embelezamento.

Indo além, procuramos nos aproximar do contexto da América Latina a partir de Aníbal Quijano, que funda um olhar decolonial acerca da Modernidade. Com ele, buscamos demonstrar que a condição que possibilitou a Modernidade europeia, enquanto um regime racional e sensível e uma certa realidade que se propõe universal, foi justamente a invenção e a exploração da América. Essa outra perspectiva, desde o sul global, possibilita que a teoria do urbanismo e do planejamento sejam pensadas por outras bases, abrindo-as para o novo.

MODERNIDADE EUROCÊNTRICA

Historicamente, a Modernidade seria um período histórico que iniciou na Europa e sucedeu a Idade Média, marcada por convulsões sociais, econômicas e políticas. Destacam-se a Revolução Francesa e o consequen-

te enfraquecimento das monarquias absolutistas; o Renascimento e o Iluminismo nas artes e na ciência; a passagem do feudalismo para o capitalismo; o reflorescimento das cidades devido ao êxodo rural resultado do emergente comércio de manufaturas e, mais tarde, a industrialização, entre outros acontecimentos. Porém, o escritor, filósofo e professor estadunidense Marshall Berman irá entendê-la de outra maneira.

Para o autor, a Modernidade não é apenas um período histórico, como usualmente se entende, mas está para além disso, tratando-se de “um conjunto de experiências de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida” (Berman, 2007, p. 24). Em outras palavras, podemos dizer que a Modernidade é sinônimo de um certo regime de sensibilidade,

que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (Berman, 2007, p. 24).

Para Berman, esse registro do sensível vem se constituindo enquanto processo há alguns séculos, guardando forte relação com a cidade e, como mencionado anteriormente, possui três movimentos. O primeiro movimento inicia no século XVI e se estende até o século XVIII, marcado por um processo de agitação e desordem subjetiva. As pessoas desse período, na Europa, atingidas pela modernidade, não sabem ainda o que lhes aconteceu, ficando à deriva num universo em rápida transformação. As novidades na ciência e na filosofia, como a Revolução Copérnica que destituiu a Terra - e conseqüentemente o homem - do centro do universo e as disputas entre o Racionalismo, o Empirismo e o Romantismo, viriam a colapsar em um modo de vida que fez desabar antigas crenças, sobretudo, religiosas.

O segundo movimento, evidenciado por Berman, ocorre entre 1790, com a Revolução Francesa, e vai até o século XIX, com o auge do capitalismo. Nesse momento, há a invenção de um público moderno, que identificamos como a burguesia europeia. Eles têm o sentimento de viver uma era revolucionária, com convulsões na vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, esse público lembra o que é viver em um mundo que não chega a ser moderno, essa nostalgia lhe permite a crítica e a possibilidade de imaginar um outro futuro, que se efetivaria através de uma classe revolucionária, o proletariado para Marx (Marx; Engels, 1987; 2006); o “Além-do-homem” para Nietzsche (2014)¹. Ambos os filósofos, à esprei-

¹O proletariado, em Marx, seria a classe que resolveria a contradição do próprio capitalismo, que produziu uma luta entre os trabalhadores e a burguesia. Nessa resolução, teria fim a sociedade de classes e o próprio capitalismo a partir da abolição da propriedade privada, e o ser humano seria livre, podendo viver em comunhão com o outro. Já o Além-do-homem, em Nietzsche, é um personagem de espírito livre, liberto da decadência do pensamento judaico-cristão que priorizou a ideia de alma em detrimento do corpo, do mundo transcendente em detrimento da Terra, o que produziu um desinvestimento do desejo em relação ao mundo, levando a Modernidade ao niilismo, ao desejo de nada. Assim, o Além-do-homem seria o criador de novos valores que sustentariam novamente o espírito humano.

ta das forças que fariam sucumbir um modo de vida, como a primeira e a segunda grande guerra, investem em personagens conceituais que seriam responsáveis pela invenção de outras formas de relação social (o proletariado) e de novos valores (o Além-do-homem).

Na mesma perspectiva de Berman, tratando do mesmo período histórico, o geógrafo e teórico social britânico David Harvey (2015), afirma que a Modernidade é fundada sobre um mito: o de que “ela constitui uma ruptura radical com o passado” (p. 11), sendo que a “ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma tábula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado” (Harvey, 2015, p. 11). Tal processo “sempre diz respeito à ‘destruição criativa’, quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário” (Harvey, 2015, p. 11), afinal, pergunta Harvey, “como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes?” (Harvey, 2008, p. 26).

Esse ânimo moderno teria consequências diretas na cidade e coincide com a invenção e institucionalização do urbanismo como disciplina - como veremos no próximo tópico -, ocorreu, aproximadamente, entre os anos 1859 e 1913 (Calabi, 2012). É com essa emergente visão urbanística, por exemplo, que o Barão de Haussmann, prefeito de Paris entre os anos de 1853 e 1870, durante o governo de Napoleão III, pretende fazer da capital francesa um marco dessa ruptura radical, colocando em prática o fenômeno de tábula rasa apontado por Harvey. Este, porém, pontua que Haussmann não chegou nem perto da radicalidade que alegava. Simpático ao espectro do bonapartismo, o prefeito parisiense buscou apenas demonstrar que o que havia antes era irrelevante, a fim de garantir a inexistência de alternativa além do autoritarismo.

O processo de destruição criativa, desencadeado na Modernidade, produz uma contradição: “se o modernista tem de destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades” (Harvey, 2008, p. 26). Logo, toda verdade e toda obra produzida pela Modernidade está fadada, desde o princípio, à sua própria destruição. Essa constatação colocou em crise a aura moderna, outrora otimista e crente de que as suas inovações tecnológicas levariam a humanidade a um progresso eterno.

É com base nessa ausência de perspectivas que retornamos à análise de Berman para refletir sobre o terceiro, e mais recente, movimento da

Modernidade pontuado pelo autor. Este acontece no século XX, quando qualquer otimismo possibilitado por uma transformação do mundo se desvanece, dando lugar a um profundo niilismo. Ainda que o processo de modernização se expanda, abarcando virtualmente o mundo todo, a sociedade se fragmenta e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida. Tal sentimento é próprio da chamada Pós-modernidade, em que “o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos” (Berman, 2008, p. 26). O psicanalista francês Félix Guattari (2012) escreve em 1992 acerca desse período no mesmo tom, ao afirmar que

o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originários - corpo, clã, aldeia, culto, corporação... - não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. A subjetividade entrou no reino do nomadismo generalizado. Os jovens que perambulam nos *boulevards*, com um *walkman* colado no ouvido, estão ligados a fluxos que foram produzidos longe, muito longe de suas terras natais (p. 149).

Neste mais recente período, despontam inúmeras linguagens para dizer das coisas, posto que “a fixidez categórica do pensamento iluminista foi crescentemente contestada e terminou por ser substituída por uma ênfase em sistemas divergentes de representação” (Harvey, 2008, p. 36). O ideal de um urbanismo que se propôs universal também entra em crise, como demonstraremos a seguir. Tal momento crítico, então, aponta para uma necessidade de se pensar a teoria urbanística por outras bases epistemológicas, que não as modernas ou pós-modernas. Logo, o pensamento decolonial é uma possibilidade para colocar a disciplina em devir, abrindo-a para outros modos de pensar e fazer cidade.

A INSTITUIÇÃO E A CRISE DO URBANISMO

Por volta do século XVIII, a cidade passa a ser considerada um mal (Calabi, 2012). Por isso, ela necessitaria passar por diagnósticos e ser tratada. Tais feitos mitigariam um certo medo urbano que a industrialização produziu. Segundo o filósofo francês Michel Foucault (2018), interessado nas práticas disciplinares que emergiram com o capitalismo, esse período histórico foi marcado por um

[...] medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população,

das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar (p. 154).

Para sanar tais problemas, a emergente medicina social, com seus ideais sanitaristas, transformou-se, aos poucos, na disciplina que hoje conhecemos como urbanismo. Por isso, de acordo com Calabi (2012), o urbanismo não se trata de uma invenção propriamente moderna, ele é fruto de um desgosto que a Modernidade produziu: a cidade. Enquanto disciplina, o urbanismo se individualiza através do controle da ampliação da cidade e também da organização do existente através de instrumentos analíticos, de projeto e de normas que são utilizadas, em parte, na prática urbana corrente (Calabi, 2012). Seguindo a tendência iluminista em universalizar os saberes, Calabi diz que

através dos canais de difusão houve um amadurecimento do debate e uma internacionalização da discussão sobre um novo tipo de comportamento sobre a organização da cidade e que definiram o urbanismo como uma questão universal (Calabi, 2012, p. 4-5).

A emergente disciplina passa a evidenciar as “péssimas condições de vida urbana a serem enfrentadas com os instrumentos do projeto” (Calabi, 2012, p. 8), especialmente através de exposições, congressos, revistas de urbanismo, manuais técnicos, que assumem a forma de instrumentos operativos. O urbanismo identifica como problemas mais recorrentes a habitação, os locais de trabalho e o transporte. Para além do diagnóstico, “ao enfatizar os aspectos negativos, compromete-se a propor soluções aos males que afligem a cidade” (Calabi, 2012, p. 9). Assim, antes de ser revolucionário, serve como uma ferramenta paliativa, mesmo que sempre fadada ao fracasso (Choay, 2018), posto que a busca por uma cidade perfeita, totalmente organizada, bela e funcional, é um sonho utópico moderno e, tal qual a Modernidade, “não ocorre nem pode ocorrer” (Harvey, 2015, p. 11-12).

Choay (2018) afirma que o urbanismo, frente à sociedade industrial e urbana, se apresenta com pretensão de uma universalidade científica, mas fracassa na ordenação dos locais que produz. É no início da era industrial, que modelos ou tipos de ideais de aglomeração urbana colocaram a cidade pela primeira vez como objeto de uma crítica radical que

“qualificaram como desordem a ordem urbana existente para opor-lhe ordens ideais, modelos, que são, com efeito, projeções racionalizadas de imaginários coletivos e individuais” (Choay, 2018, p. 50).

Esse movimento, de tornar desordenada a ordenação anterior, faz parte do processo de destruição criativa (Harvey, 2008; 2015), que precisa criar um mito – o da racionalidade – para disputar, discursivamente, seus ideais e impor suas próprias formas. Por isso que, como Harvey, Choay também se ocupa do exemplo das mudanças urbanas de Paris durante o governo do Barão de Haussmann, pois vê ali a nítida ideia de Modernidade, tendo em sua base “uma concepção da era industrial como ruptura histórica radical” (Choay, 2018, p. 20). Tal modelo, que a autora denomina progressista, se coloca a serviço da eficácia e da estética e manifestam novos valores, como mecanização, padronização (formas universais e homem-tipo), rigor e geometrismo, sendo que “esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela ideia de progresso” (Choay, 2018, p. 8). Porém, o otimismo aos poucos se desfaz. De acordo com Harvey (2008),

o Séc. XX - com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki - certamente deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. Foi essa a atrevida tese apresentada por Horkheimer e Adorno em *Dialética do Esclarecimento* (1972). Escrevendo sob as sombras da Alemanha de Hitler e da Rússia de Stálin, eles alegavam que a lógica que se oculta por trás da racionalidade iluminista é uma lógica de dominação e de opressão (p. 24-25).

Esse golpe ao otimismo da Modernidade é sentido também pela teoria urbanística moderna. Choay (2018) coloca que, apesar das boas intenções do urbanismo da época,

destinadas a liberar a existência de uma parte das taras e servidões da grande cidade industrial, as diferentes formas do modelo progressista apresentam-se como sistemas limitadores e repressivos (p. 10).

Ainda assim, frente ao pessimismo presente na Pós-modernidade, Berman assume uma postura otimista. Para ele, num plano teórico, o alívio ao mal estar moderno está atrelado à um retorno ao passado, posto que

lembrar os modernistas do século XIX talvez nos dê a visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI. Esse ato de lembrar pode ajudar-nos a levar o modernismo de volta às suas raízes, para que ele possa nutrir-se e renovar-se, tornando-se apto a enfrentar as aventuras e perigos que estão por vir (Berman, 2007, p. 49).

Todavia, Berman, Harvey, Calabi e Choay não evidenciam o acontecimento que desencadeou a Modernidade. Mais recentemente, observamos que os teóricos denominados decoloniais têm enfrentado essa questão, partindo do sul global para observar esse fenômeno. Para eles, a aura moderna vivida na Europa - que possibilitou todo debate acerca da Modernidade e da Pós-modernidade - foi resultado da colonização. Por isso, ao contrário de Berman que aponta um caminho de volta a um período anterior, consideramos necessário pensar a Modernidade sob outros olhares. Aqui, faremos isso por meio do pensamento de Aníbal Quijano, sociólogo peruano que integra o grupo de pensadores da América Latina intitulado Modernidade/Colonialidade.

A MODERNIDADE COMO INVENÇÃO DA AMÉRICA E A EMERGÊNCIA DO OLHAR DECOLONIAL

Nossa hipótese, baseada nas ideias de Aníbal Quijano, é de que a Modernidade é fruto da invenção da América. Para além de um conjunto de experiências, como pontuou Berman (2007) ou um processo de destruição criativa, como afirmou Harvey (2015), a modernidade trata-se também de um processo de exploração das riquezas naturais da América, que alimentou a industrialização e acelerou o desenvolvimento do capitalismo. Marx já havia colocado que “através da colonização dos países de descoberta recente, a luta comercial entre as nações recebeu novo alimento, e com isso, tornou-se mais extensa e encarniçada” (Marx; Engels, 1987, p. 88). Quijano vai além ao colocar a colonização como fruto do eurocentrismo, que funciona pela imposição de uma ordem colonial e um novo padrão de poder, “que logo passa a reproduzir o sistema de exploração e o critério de distribuição de valor a sujeitos e produtos” (Segato, 2021, p. 59).

De certa forma, somos a causa da Modernidade, sua condição de possibilidade, seu negativo, que leva o poeta brasileiro Oswald de Andrade (1978) a afirmar, em seu Manifesto Antropófago, que “sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem. A idade

de ouro anunciada pela América” (p. 14). Harvey pontua que a Modernidade em Paris foi marcada pela destruição criativa da cidade. Aqui, a destruição imperou desde o início da colonização e, no momento atual de crise do capitalismo, nossas florestas, matas, rios e oceanos, ainda existentes, vêm sendo destruídos continuamente – para extrair daí alguma mais valia.

Pensando esse processo, a professora brasileira Rita Segato (2021, p. 36) afirma que “o capital e a modernidade nascem no mesmo dia”, reconhecendo que o pensamento de Quijano e a perspectiva da colonialidade do poder introduz um modo de pensar a história e a sociedade não só a partir da luta de classes, como fez o marxismo, mas através da centralidade da raça, para que se dê a compreensão das desigualdades. Essa perspectiva mencionada por ela, de colonialidade do poder, denuncia uma ordem mundial que busca o controle global exercido por uma minoria formada por europeus e euro-americanos (Quijano, 1989).

Ao questionar aquilo que está contido no termo Modernidade, Quijano (2005) entende que ela “envolve o conjunto da população mundial e toda sua história dos últimos 500 anos, e todos os mundos ou ex-mundos articulados no padrão global de poder” (p. 124). Tal regime contém uma noção de Modernidade que, à maneira de Berman, também se configura como uma forma de sensibilidade, mas que carece de um aspecto positivo. De acordo com Quijano (1992, p. 440),

durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como Racionalidade / Modernidade europeia, o qual foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo.

A Racionalidade / Modernidade europeia funciona ao reprimir “as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade” (Quijano, 2005, p. 121). Ao destruir as outras culturas e formas de saber, ela impõe o seu próprio conhecimento como o universal, mas dificulta o acesso a ele, tornando-o um objeto de desejo para os colonizados. Logo, a partir da sedução, cria-se um imaginário de que o saber colonial é o único caminho para a verdade. Para que isso se tornasse possível, ao mesmo tempo que Harvey discute a Modernidade como um mito, Quijano (1992) afirma que

[...] na América Latina, a repressão cultural e a colonização do imaginário foram acompanhadas de um massivo e gigantesco extermínio dos indígenas, principalmente por seu uso como mão-de-obra descartável, além da violência da conquista e das doenças. A escala desse extermínio (se considerada que entre a área asteca-maia-caribe e a área tawantinsuyana foram exterminados em torno de 35 milhões de habitantes em um período inferior a 50 anos) foi tão vasta que implicou não somente uma grande catástrofe demográfica, mas a destruição da sociedade e da cultura (p. 439).

Esse massacre cultural e demográfico, apontado por Quijano, só foi possível com a imposição de um saber colonial. Este, baseado na ideia errônea de totalidade, implica uma relação onde sujeito e objeto estão separados, tendo sua máxima expressão no cogito cartesiano, “eu penso, logo, existo”, formulado pelo filósofo francês René Descartes (1596-1650), considerado um dos fundadores da razão moderna na época do Iluminismo (Quijano, 1992). Nela, inexiste a relação Sujeito e Sujeito, ou seja, não há espaço para a intersubjetividade porque o Outro está excluído da relação. Esse outro, que existe para além do sujeito, é tornado objeto e, desta forma, objetificado. Nessa lógica, a razão é instrumentalizada para produzir exclusões, o sujeito colonizador - o europeu branco - ocupa a posição de sujeito, enquanto cabe ao Outro - ao negro, ao indígena, ao árabe, etc - ocupar a posição de objeto (Quijano, 1992) e, sendo assim, pode ser consumido, escravizado, dizimado.

Entretanto, é possível vislumbrar uma oposição à Modernidade colonial, ao seu protagonismo eurocêntrico, à sua divisão entre sujeito e objeto e às categorias raciais que assim se estabeleceram. A resistência ao colonialismo, que marca um novo período que se opõe à Modernidade, é chamada por Quijano (1992) de decolonialidade. Nela, toda ideia de totalidade está baseada na diversidade e na diferença. Essa outra perspectiva acerca da totalidade “inclui o reconhecimento da heterogeneidade de toda a realidade, de seu irreduzível caráter contraditório, da legitimidade, isto é, da desejabilidade do caráter diverso dos componentes de toda realidade e do social” (Quijano, 1992, p. 446), refutando a racionalidade imposta pela colonização. Segundo Quijano,

é a instrumentalização da razão pelo poder colonial, em primeiro lugar, o que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e fracassaram as promessas libertadoras da Modernidade. A alternativa é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial. De início, a descolonização epistemológica para dar espaço a uma nova comunicação intelectual, a uma

troca de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade. Pois nada menos racional, finalmente, que a pretensão de que a específica cosmovisão de uma etnia particular seja imposta como a racionalidade universal, mesmo que tal etnia se chame Europa Ocidental (Quijano, 2014, p. 69).

Portanto, a abertura de olhar para outras bases permite alternativas à teoria urbanística, que precisa lidar com novos males resultantes do contínuo e agressivo processo desencadeado pela Modernidade. Uma alternativa é estar à escuta do que dizem os povos originários acerca do território. Mediante as mudanças climáticas que tem afetado o planeta e produzido consequências catastróficas nas cidades, mesmo nas mais bem planejadas pelo urbanismo moderno, o pensador Tubinambá Cacique Babau (2022) se pergunta: “Nossa terra está doente e raivosa? Ela está começando a se vingar? Vai se vingar cada vez mais se não a obedecermos e recuarmos, corrigindo os erros” (p. 143). É urgente outras formas de se pensar a cidade em um planeta em crise, no âmbito político e acadêmico. Os instrumentos analíticos e as normas produzidas através do urbanismo e do pensamento europeu fundamentam a universidade trazida para o Brasil e, segundo a perspectiva Tupinambá de Babau (2022), retratam a objetivação e a separação entre o sujeito e objeto produzida pela Modernidade e seu saber colonial.

Trata-se de ver a Terra como um organismo vivo, não como um objeto a ser explorado e colonizado. Babau (2022) exemplifica isso ao afirmar que

o direito da terra é uma proposta tão linda que sempre foi violada. O homem determinou-se como seu dono. Criou parlamentos e leis para mandar na terra, destruir, dividir, modificar e cavar a terra, como se ela não tivesse direitos. Somos muito ingratos (p. 141).

Esses instrumentos de destruição, divisão e modificação são justamente os utilizados para realizar uma destruição criativa, efetivada pela racionalidade do urbanismo moderno, “que está ligado ao objetivo comum, mais ou menos bem assumido, do rendimento máximo” (Choay, 2018, p. 11).

Porém, “irracional é aquele que acha que tem que destruir tudo para satisfazer seu desejo” (Babau, 2022, p. 142). As formas de planejamento e urbanismo atuais, frutos da Modernidade, ainda conservam a lógica

do rápido retorno financeiro, e cada dia mais, com a financeirização do território em curso. Desde o seu início, enquanto medicina social, o urbanismo estabeleceu “um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas” (Foucault, 2018, p. 169). Assim, é urgente dar espaço a outras vozes, outras epistemes, outras maneiras de pensar e fazer, facilitando retomadas não só do território mas também dos saberes que foram extirpados, tendo como exemplo a forma de planejamento dos Tupinambás no estado da Bahia (Brasil):

Como combatemos a pobreza com a retomada? Nós nos organizamos através de planejamento. Nós planejamos tudo, mas não como o branco planeja: todo ano, todo dia, toda hora. A falta de tempo acaba escravizando alguém para fazer o trabalho. Então, o planejamento tupinambá é longo, para cada cinco ou dez anos. E tem que ser muito bom para fazer um planejamento desse tipo. Fazemos assim desde os tempos remotos, antes de os portugueses chegarem aqui (Babau, 2022, p. 153).

Portanto, há de ouvir, hoje, o grito e perguntas de outros urbanismos, deixados à margem durante o processo de destruição criativa da Modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MODERNIDADE, URBANISMO E DECOLONIALIDADE

A discussão sobre Modernidade exige um olhar atento às questões relativas à cidade e ao Urbanismo, pois estes ganham um protagonismo dentro do processo de renovação urbana decorrente da industrialização, que produziu grandes concentrações populacionais e um mal-estar generalizado. Oriundas de uma lógica progressista e universal, as rupturas e destruições criativas realizam o que se propõem, mas, com resultados outros. A divisão entre sujeito e objeto e as frágeis relações entre sujeito e objeto são sentidas até hoje, em transformações que se dão cada vez de forma mais rápida e que nos mantêm à deriva e sozinhos.

Assim como o projeto da Modernidade, enquanto regime de racionalidade e sensibilidade, a teoria urbanística entra em crise, perdendo seus valores de universalidade, não sendo uma invenção propriamente moderna, mas resultado desse desgosto que a cidade moderna produz. O urbanismo atua na América reproduzindo um conhecimento eurocentra-

do e colonizador, que precisa lidar com um ser humano contemporâneo desterritorializado, dentro de modelos de progresso cada vez mais limitadores, repressivos e objetificadores das subjetividades. É essa a América inventada, que tem como fruto a Modernidade.

Sem a América não haveria Modernidade, uma vez que é com o “evento americano” que se rompe com o passado (Segato, 2022), colocando em prática o processo de tábula rasa. Frente a isso, a decolonialidade coloca o desafio de pensar os problemas do sul global por meio de outras bases epistemológicas. Se para Berman há uma aposta em um retorno aos primeiros modernos, buscando neles alguma solução às contradições, em Quijano o caminho é o oposto e nos desloca do espelho eurocêntrico. Assim, o que prospera é o sentido da guinada decolonial enquanto direção, a partir da compreensão do empreendimento Modernidade, para um novo plano histórico, plural, antirracista, que critica o habitar colonial da terra.

Se a Modernidade se propõe universal, mas deságua no universo fragmentado da Pós-modernidade, há nesse movimento a possibilidade de reflexão de diversas alternativas. Ainda que não exista uma forma para uma cidade decolonial, ela há que ser pensada. Buscando uma abertura para outras epistemologias, nos deparamos com a vivência do Tupinambá Cacique Babau. Com ele, aprendemos que, dentre muitas possibilidades frente à Racionalidade / Modernidade do poder colonial, há outras maneiras de planejar baseadas na autonomia e num tempo expandido.

Trata-se de uma perspectiva de luta cosmopolítica e epistêmica, em face a urbanização forçada a que as populações foram submetidas e que ainda persiste. O projeto decolonial direciona para uma luta coletiva pela terra, um caminho da garantia do território e da construção de uma base física e política originária, que seja simbólica, espiritual e constituidora de outros direitos. Uma base que seja capaz ainda de reconhecer a heterogeneidade, as subjetividades de todas as realidades, as interseccionalidades entre gênero, etnia, raça, classe social e que aposte em uma visão ética diante dos sujeitos e do próprio mundo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald. **Obras completas de Oswald de Andrade: do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. vol. 6.
- BABAU, Cacique (Rosivaldo Ferreira da Silva). **É a terra que nos organiza**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CALABI, Donatella. **História do Urbanismo Europeu**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. *In*: BONILLO, Heraclio (org.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones, FLACSO, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-razionalidad. *In*: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (org.). **Aníbal Quijano**: Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014. p. 60-70.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.